

PROVÃO: PROGRESSÃO ACADÊMICA OU AVALIAÇÃO DO ÓBVIO?

Alfredo José MACHADO NETO*

- RESUMO: O presente trabalho analisa os resultados obtidos no Exame Nacional de Cursos, o Provão do MEC, por alunos das instituições públicas e privadas de ensino superior. São abordadas questões relacionadas com o sistema brasileiro de ensino e uma breve comparação com o norte-americano, inclusive quanto à questão do seu financiamento. Por fim, é discutida a ênfase dada, pelos meios de comunicação, aos resultados do Provão, em detrimento às visitas da inspeção dos especialistas do MEC. Em conclusão, verifica-se a possibilidade de uma modificação no Exame Nacional de Cursos, talvez com a incorporação dos resultados do ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio, como forma de medir a capacidade do aluno antes e depois de sua passagem por uma instituição de ensino superior.
- PALAVRAS-CHAVE: Instituições de ensino superior; exame nacional de cursos; provão; exame nacional de ensino médio.

Introdução

Desde o I Encontro Nacional de Avaliação do Exame Nacional de Cursos de Administração, realizado em Brasília em 1999, têm sido levantadas diversas questões a respeito de possíveis distorções que os resultados do “Provão” podem conter, entre elas a de não levar em consideração a qualidade dos alunos que ingressam nas universidades públicas e nas particulares, ou, ainda, entre os alunos dos cursos diurnos e noturnos.

É sabido que os alunos que conseguem ingressar nas universidades mais procuradas (tipo USP, Unesp e Unicamp, só para ficarmos no Estado de São Paulo), são, de modo geral, aqueles que tiveram a possibilidade de frequentar um ensino básico de

* Formado em Economia e Administração, Mestre em Gestão Empresarial, Auditor Fiscal do Tesouro Nacional aposentado, Professor de Economia e atual Diretor da FACEF – Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Franca.

melhor qualidade e cursinhos preparatórios, estando, assim, melhor qualificados para o desafio do ensino superior.

Via de regra, os alunos de tais universidades não trabalham, por pertencerem a camadas mais ricas da população, apenas estudam, normalmente no período diurno, dispondo do restante do tempo para leituras e pesquisas, o que lhes permite um melhor aproveitamento escolar.

Já as universidades particulares concentram seus cursos, geralmente, no período noturno e possuem uma clientela oriunda do ensino básico da rede pública que, como também é notório, não consegue cumprir sua tarefa de prepará-los para o ensino superior. Além disso, a maioria destes alunos trabalha durante o dia e dispõe apenas dos finais de semana para as atividades de leitura e pesquisa, o que limita sobremaneira o processo de aprendizagem.

O ensino básico da rede pública passa por um processo de deterioração, decorrente de diversos fatores, entre eles o baixo nível de remuneração, que afugenta os melhores profissionais para a rede particular. No Estado de São Paulo, a exigência da aprovação, através de discutíveis métodos de recuperação, faz com que, cada vez mais, os alunos cheguem à universidade em um estágio de semi-analfabetismo.

Pesquisa divulgada pela Folha de São Paulo (05/09/99 – Caderno 1, fls. 2) mostrou que “Em 1999, 27% dos novos alunos da USP vieram de escola pública. Há cinco anos eles eram 32%. Há 20 anos, eles foram 57%. Os ainda poucos brasileiros que chegam ao ensino médio público estudam em escolas cujo nível claramente se degrada”, assinala a reportagem.

Tais constatações nos levam a uma reflexão a respeito do Exame Nacional de Cursos: o seu resultado é decorrência de um ensino de melhor qualidade ou retrata o diferencial já existente entre a clientela que ingressa em uma e em outra universidade?

Em artigo publicado na Revista Veja (23/01/2002 – fls. 18), Cláudio de Moura Castro cita uma pesquisa que realizou, mostrando que 80% da nota do Exame Nacional de Cursos se deve ao nível do estudante ao ingressar no ensino superior. Ou seja a

qualidade do ensino ministrado pela instituição só determina 20% do resultado.

Em outra pesquisa, mencionada no mesmo artigo, realizada por Landeira-Fernandez (PUC/Unesa) e R. Primi (universidade São Francisco), foram cinco faculdades de psicologia, com notas de “A” a “E” no Provão. Em cada uma as pesquisadoras aplicaram o Provão aos calouros e verificaram que os da faculdade “A” obtinham melhores escores que os da faculdade “B” e assim por diante, ou seja, “a melhor instituição recebe os melhores alunos e produz os melhores diplomados”.

As deficiências no ensino básico ministrado na rede pública, suas conseqüências no ensino superior, as distorções que acarretam no Provão e alguns dos possíveis caminhos para resolvê-las são os assuntos que pretendemos discutir neste trabalho.

A questão do ensino básico

Reportagem publicada no jornal “A Folha de São Paulo”, do dia 02 de setembro de 1999 (Caderno 3, fls. 6) já mostrava que, em São José do Rio Preto, quase 6% dos estudantes da 4ª série do ciclo básico não sabiam ler ou escrever. Relata, ainda, que, em Araçatuba, pais de alunos recorreram à Justiça para que seus filhos retornem a séries anteriores, pois não os consideram aptos a cursar a série atual.

Tais fatos vêm engrossar as críticas que são feitas ao modelo de “progressão continuada”, implantado no Estado, em que o aluno cumpre um ciclo de quatro anos sem reprovação.

Não obstante o sistema de ciclos é visto como uma tentativa de solução dos graves problemas por que passa há vários anos a rede pública de ensino.

Especialistas afirmam que o sistema é eficiente em vários aspectos e que tem conseguido diminuir os índices de evasão escolar, que teria caído de 16,7% em 1996, para 10,8% em 1998. No mesmo período, a retenção baixou de 8,1% para 3,6%, segundo pesquisa realizada pela Secretaria de Educação do Estado, citada na mesma reportagem.

Segundo o Prof. Artur Costa Neto (Folha, 02/09/99), professor da Faculdade de Educação da PUC/SP, os problemas detectados na cidade de São José de Rio Preto ocorrem também no restante do Estado e seriam oriundos do fato de que as escolas não estavam preparadas para a adoção do modelo de ciclos, “que exige professores capacitados, classes com número reduzido de alunos e acompanhamento dos estudantes”.

Embora autoridades da rede pública de ensino afirmem que as escolas possuem mecanismos para reverter esta situação, que são as aulas de reforço e recuperação, os recursos destinados ao ensino básico ainda são escassos, seus professores continuam mal remunerados e não se vislumbram, a curto prazo, condições para a reversão desse quadro, face à difícil situação financeira por que passa o setor público, nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

O modelo americano de ensino básico

Em viagem aos EUA (como parte do programa de Mestrado em Gestão Empresarial da FACEF – Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Franca), tivemos a oportunidade de verificar a diferente forma de tratamento do ensino básico naquele país e no Brasil.

Ao contrário do Brasil em que a maior parte dos recursos públicos (pelo menos em termos federais) são destinados ao ensino superior, nos EUA, o Estado investe principalmente no ensino básico, como forma de garantir uma boa qualidade de ensino a todos os cidadãos. Aqueles que se destacam, seja no campo intelectual ou esportivo, têm a possibilidade de conseguir bolsas de estudo nas universidades particulares que, também ao contrário do que aqui ocorre, são melhores e mais procuradas.

Enquanto aqui se procura atualmente transferir para o município a responsabilidade do ensino básico, lá isso já é uma realidade. Com uma diferença fundamental: não é o poder público municipal que administra os recursos destinados ao ensino, mas sim um Conselho de Cidadãos, composto por aqueles que mais se

destacam na sociedade. São escolhidos em eleição direta, e têm como tarefa fundamental prover a comunidade de um ensino de qualidade. Por isso, são objeto de constante acompanhamento por parte da população e cobrados quanto aos resultados esperados.

Como o sistema geralmente funciona, aos recursos do setor público são acrescidos os oriundos de doações de empresas sediadas nos municípios, interessadas na qualidade do ensino para seus operários ou para os filhos de seus executivos. Além disso, os egressos das escolas e que obtêm sucesso na vida, geralmente efetuam também doações generosas para tais instituições.

Outra diferença fundamental é a que se observa quanto aos incentivos para que as empresas se instalem em um determinado município.

Visitando uma *joint venture* que fabrica *chips* para computadores, cujo controle acionário pertence às gigantes IBM, Toshiba e Siemens, perguntamos ao relações públicas que nos atendia, quais foram os incentivos fiscais que levaram a empresa a se instalar em um pequeno município próximo a Washington, lembrando a guerra fiscal existente no Brasil que leva os Estados e Municípios a fazerem concessões e favores fiscais como forma de atrai-las. Foi nos dito que nos EUA a coisa não funciona assim. Incentivos fiscais são uma demonstração de que o município não se preocupa com a qualidade de vida de seus cidadãos, uma vez que ao abrir mão de impostos, não conseguirá cumprir suas funções sociais básicas.

O que mais atrai as empresas é a qualidade de vida que as comunidades proporcionam e, principalmente, o nível de ensino básico que conseguem oferecer. Essa questão é fundamental na atração dos executivos de alto nível que a empresa necessita.

Logicamente se instala aí um ciclo de progresso para os municípios: a aplicação de recursos em educação fundamental é fator de atração de investimentos para o município que, com a instalação de novas empresas conta com mais recursos oriundos dos impostos arrecadados, o que lhes permite maiores aplicações em programas sociais, que melhoram a qualidade de vida da

comunidade, que passa a atrair mais investimentos e assim por diante.

O resultado são professores bem remunerados, motivados, extremamente preparados para o exercício de suas funções (87% dos professores da unidade visitada possuíam curso de mestrado), através de investimentos constantes em treinamento e capacitação profissional.

Na comunidade em que estivemos, o salário inicial de um professor, com uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, era de US\$ 30 mil ao ano, podendo chegar aos US\$ 80 mil anuais; o de um administrador de escola de US\$ 50 mil anuais no início da carreira, chegando até a US\$ 130 mil anuais, no final.

As classes são compostas por 25 alunos, aproximadamente, que estudam, em média, 7 horas/aulas de 50 minutos por dia. Nas férias de verão (três meses), os alunos atrasados recebem aulas de reforço e os demais podem fazer matérias que lhes permitem concluir antes o seu curso.

O resultado é que o índice de evasão escolar é inferior a 2%, sendo que 88% dos alunos conseguem ingressar nas universidades.

Com a municipalização do ensino no Brasil seria perfeitamente possível se implantar este tipo de programa, desde que houvesse vontade política e uma colaboração efetiva entre todos em uma comunidade.

Uma proposta de financiamento do modelo brasileiro

Em uma edição especial, datada de outubro de 1992, a Revista "Reflexões Amana", apresenta uma série de dados que mostram as deficiências da rede educacional: 20 milhões de brasileiros não sabem ler ou escrever; outros 20 milhões são considerados funcionalmente analfabetos (lêem e escrevem, mas não entendem o que lêem ou escrevem; 85% dos jovens entre 15 e 19 anos de idade não chegam a 8ª série ou abandonam a escola no segundo grau; e 35% da população brasileira acima de 10 anos de idade não chega a completar quatro anos de escola.

A partir destes números alarmantes, a revista apresenta uma série de artigos voltados para a educação, sobre o tema: "Todos Cuidando do Essencial". As propostas, embora elaboradas quase dez anos atrás, são perfeitamente válidas e atuais.

A constatação inicial é a de que todos temos muito a perder, inclusive financeiramente, com a situação em que se encontra o ensino público no Brasil.

O indivíduo que deseja um ensino de qualidade para seus filhos tem que colocá-lo em escolas particulares, cujas mensalidades são altíssimas e o ensino, embora melhor do que o da rede pública, nem sempre possui qualidade compatível com o preço cobrado. E continua a gastar, depois, nos cursinhos preparatórios para o vestibular.

As empresas investem fortunas no treinamento de seus funcionários, uma vez que os mesmos não são adequadamente preparados nos sistemas público e particular de ensino, inclusive de nível superior.

A idéia básica, que permeia todos os artigos da revista, é a de que, ao invés indivíduos e empresas tentarem resolver os seus problemas particulares, se unam e invistam recursos para resolver o problema do ensino público no país.

As empresas poderiam, por exemplo, ter atitudes que vão desde a simples doação de equipamentos para as escolas (computadores, copiadoras, impressoras, etc.) até à adoção de alguma escola, contribuindo com recursos institucionais para a melhoria da infraestrutura física, treinamento de professores, administradores e funcionários, etc.

Os cidadãos poderiam fazer o mesmo e participar ativamente das atividades da escola pública de seu bairro, somando os seus recursos aos do Estado, contribuindo para a melhoria efetiva das condições de ensino.

As lideranças empresariais, nos municípios, poderiam chamar a si a responsabilidade para, junto com os educadores, elaborar um modelo de sistema de ensino que possa efetivamente corresponder aos anseios da comunidade quanto à educação de seus filhos, respeitadas, ainda, as particularidades locais e regionais.

Um outro modelo, ainda incipiente no país, mas que poderia servir de base para as mudanças propostas é o das escolas cooperativas, em que um grupo de pais de alunos monta uma escola, contrata professores e funcionários, opina na elaboração da grade curricular e rateia entre si os custos apurados.

A análise das propostas apresentadas, que se assemelham em muito ao que descrevemos do modelo americano, permite concluir que, somente com vontade política, o envolvimento direto dos cidadãos e a união de todos em torno do objetivo comum, poderão ser implementadas medidas capazes de reverter a situação caótica em que se encontra o ensino básico da rede pública no país.

O problema da capacitação dos professores.

Além de receber uma clientela, como vimos, menos preparada para o ensino superior, as escolas particulares enfrentam, ainda, o problema da capacitação profissional de seus professores.

Assim como os seus alunos que estudam à noite e trabalham de dia, grande parte dos professores do ensino superior da rede particular são profissionais que possuem outra atividade durante o dia e, baseados em sua experiência nas empresas, ministram aulas no período noturno.

Não são, ao contrário do que ocorre nas universidades públicas, profissionais preparados para o magistério, não estão habituados a pesquisas e normalmente possuem sua formação baseada na vivência prática. Em sua grande maioria não possuem mestrado ou doutorado e a possibilidade de vir a cursar uma pós-graduação é bastante limitada por não terem a disponibilidade de tempo que tais cursos exigem, em razão das outras atividades profissionais exercidas.

Embora não possuam a qualificação profissional necessária, sua presença na universidade é, no entanto, muito importante, em razão do elo de ligação que representam entre o ensino acadêmico e as atividades empresariais de onde se originam.

Não obstante, não estão adequadamente preparados para as atividades de ensino, ou melhor, não possuem nem a mesma

qualificação e nem os mesmos recursos que possuem os professores da universidade pública. Além disso, dificilmente têm a possibilidade de se dedicar exclusivamente ao ensino e à pesquisa, como acontece com aqueles.

Assim, o resultado a ser obtido no processo de ensino e aprendizagem, naturalmente, não poderia ser o mesmo.

Ocorre que o número de alunos atendidos pelas universidades, faculdades integradas e institutos isolados da rede particular de ensino superior cresce ano a ano, em comparação com os da rede pública.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação, de um total de 2.125.958 alunos que se encontravam matriculados em cursos superiores do Brasil, em abril de 1998, 1.126.729 alunos, ou seja 53%, estavam na rede particular. Se considerarmos os 121.155 alunos matriculados nos estabelecimentos municipais de ensino superior, cujas características se aproximam mais da rede privada do que da pública, este percentual sobe para 59%, aproximadamente.

No Sudeste, dos 1.148.004 alunos matriculados no ensino superior, 862.087 estão nas universidades particulares, ou seja, uma participação de 75% do número total de alunos.

A carência de recursos para a ampliação dos cursos e do número de vagas nas universidades públicas e os investimentos que têm sido feitos nas universidades particulares, especialmente por empresários que “descobriram” no ensino uma atividade bastante lucrativa, a tendência é a de que a participação das particulares venha a se ampliar ainda mais.

Com o agravante de que, expressiva parcela dessas universidades coloca o lucro como seu grande objetivo, a razão de seus investimentos, normalmente em detrimento de um ensino de qualidade.

O Exame Nacional de Cursos

Neste contexto, o Exame Nacional de Cursos tomado isoladamente, acaba gerando distorções, pois avalia o resultado de

atividades que não partem de uma mesma base, possuem clientela e recursos institucionais distintos e características operacionais bastante diferenciadas, como acabamos de verificar.

É sabido que o “Provão” não é o único instrumento de avaliação utilizado pelo MEC. Tão ou mais importantes são as visitas de inspeção, realizadas por seus especialistas, que avaliam as condições de ofertas dos cursos e podem, na medida em que se dispuserem a propor soluções para os problemas encontrados, funcionar como uma medida adequada para a melhoria do ensino superior no país.

Ocorre que os resultados das inspeções não ganham as manchetes dos jornais, não obtêm da imprensa o mesmo destaque que esta dedica aos resultados do Exame Nacional de Cursos.

Assim, a preocupação maior das instituições passa a ser o resultado do “Provão”, o que pode levar à melhoria do ensino ou à criação de “cursinhos” para enfrentá-los, como muitas universidades já vêm fazendo. Logicamente tais práticas fogem aos objetivos das avaliações do MEC e provocam distorções na formação acadêmica do estudante, seja ele de que área for.

Em que pesem as diferenças e distorções analisadas, resta ainda a pergunta colocada no início deste trabalho: o resultado das universidades públicas é fruto do trabalho que estas desenvolvem ou mostram apenas o diferencial pré-existente entre a sua clientela e a das universidades particulares?

É mais, o que é mais importante: o conceito “A” obtido por aquelas universidades, em razão de todo o diferencial exposto, ou um conceito “B” obtido por alunos das particulares, com todas as dificuldades que enfrentam ao longo do curso?

Como corrigir tais distorções e oferecer um instrumento de medida efetivamente capaz de aferir o desempenho destas instituições no desempenho das tarefas que lhes são atribuídas?

O Exame Nacional de Ensino Médio.

Uma das propostas que se apresenta para diminuir as distorções do resultado do Exame Nacional de Cursos é a de

confrontar os seus resultados com os obtidos pelos alunos no ENEM, o Exame Nacional do Ensino Médio.

Criado pelo Ministério da Educação em 1998, o exame é um sistema de avaliação destinado a alunos que estão concluindo ou já concluíram o ensino médio.

Não tem o objetivo de medir conhecimentos curriculares, mas sim o de aferir competências e habilidades desenvolvidas no ciclo básico e as capacidades que possuem ou devem melhorar para obter bons resultados no ensino superior ou na vida profissional.

Através do ENEM seria possível se aferir o nível da clientela que estaria ingressando nos cursos superiores e, a partir daí, seria possível medir o grau de melhoria obtida nestes cursos. Algo como medir o “antes” e o “depois”.

Ocorre que nem todos os alunos fazem o Exame Nacional de Ensino Médio, que não é obrigatório.

Neste ano (2000), aproximadamente 347000 alunos prestaram o ENEM e este número tende a crescer, na medida em que as universidades passem a utilizar os seus resultados em substituição ou em conjunto com os dos vestibulares.

Conclusão

Em que pese a possibilidade de se efetuar a comparação dos resultados do ENEM com os do Exame Nacional de Cursos, isto somente será possível daqui a quatro ou cinco anos, ou contados da tomada da decisão de fazê-lo e desde que aquele exame passe a ser obrigatório.

Até que isso venha a ocorrer, cumpre ao MEC mudar seus procedimentos para que o “Provão” venha a ter o destaque adequado e compatível com a sua importância no conjunto de medidas utilizadas para a avaliação dos cursos superiores do país.

Espera-se que a existência de infraestrutura física adequada, a boa qualificação profissional dos professores, estruturas curriculares compatíveis com as orientações do MEC, enfim a satisfação das condições ideais para um bom desempenho escolar, venham a ser devidamente ressaltadas nas avaliações, já que estas

são as variáveis sobre as quais as instituições podem efetivamente atuar.

A ênfase que vêm sendo dada apenas ao resultado de exame não está correta, pois, como vimos, ele depende não apenas do nível da clientela, da motivação dos alunos, de suas condições de estudo e outros fatores, sobre os quais a universidade não tem como interferir.

MACHADO NETO, Alfredo José. *Provão: academic progression or evaluation of the obio. FACEP Pesquisa*. Franca, v. 5, n.1, 2002.

- **ABSTRAT:** The present paper analyzes the results obtained by both public and private university students at the National Assessment of University Courses, which is organized by the Ministry of Educational and Culture. It deals with several issues related to the Brazilian educational system and also presents a brief comparison with the North American one, including financing. Finally, it discusses the emphasis the media places on the results of the National Assessment of University Courses, underplaying inspections visits paid by the Ministry's specialists. In conclusion, it considers the possibility of some changes in the National Assessment, possibly by adding the results obtained by students at their SAT's (Scholastic Aptitude Tests) as a way of measuring their abilities both prior to and following their going to a university.
- **KEYWORDS:** National Assessment of University Courses; SAT (Scholastic Aptitude Test)